

## **INTERVENÇÃO DO DELEGADO EMPREGADOR À 106ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO – 2017**

Antes de mais, Senhor Presidente, gostaria, em nome da Delegação Portuguesa de Empregadores, de realçar a importância das matérias eleitas para discussão nesta Conferência, incluindo a promoção do Emprego para a paz e a resiliência, bem como a discussão em torno das oportunidades e desafios que a migração económica coloca em termos de governança.

Desde logo, parece-nos de realçar pela positiva o ambiente que, em vários países, é hoje mais favorável ao Emprego, fruto da evolução económica e de uma maior confiança nos mercados por parte das empresas e dos cidadãos. É o que acontece em Portugal, ainda que o tecido empresarial aguarde com expectativa a evolução dos indicadores económicos a médio prazo. Como já referimos em anos anteriores, Portugal é, apesar do optimismo dos recentes indicadores económicos, um dos países que continuam a confrontar-se com problemas estruturais e conjunturais cuja resolução tarda em chegar.

Entre as nossas preocupações permanecem as fragilidades com que as micro e PME, de todos os sectores, continuam a debater-se, nomeadamente as dificuldades no acesso ao financiamento, os elevados encargos administrativos e a permanente necessidade de adaptação da organização do trabalho ao seu ritmo produtivo. Estamos, ainda, atentos à evolução das taxas de desemprego jovem e de desemprego de longa duração, as quais permanecem a níveis muito elevados, não obstante as medidas já adoptadas no combate a este flagelo económico e social.

Mantemos, ainda, a convicção de que todas as intervenções visando o aumento dos níveis de emprego - tanto a nível global e regional, como nacional - deverão ser integradas, por forma a conduzirem a soluções céleres e eficazes.

Ainda no domínio do emprego, a Delegação dos Empregadores Portugueses, gostaria de deixar expresso o seu empenho em

enfrentar os desafios da digitalização, vindo com optimismo o processo de transformação em curso. Numa perspectiva transversal, temos realçado a necessidade de se promoverem intervenções concretas visando a digitalização da economia, preconizando soluções inovadoras e a qualificação de mão-de-obra ajustada às necessidades de competências que a digitalização tem trazido e continuará a trazer. Esta questão assume particular importância, quer no domínio da internacionalização das empresas portuguesas, quer no domínio da atracção do investimento estrangeiro para Portugal.

Importará, ainda, que estes desafios sejam enfrentados frontalmente, tanto pelas empresas como pelos trabalhadores, devendo todos estar cientes de que deverão ter um papel activo nos processos em concreto e que da sua intervenção resultarão resultados mais ou menos bem-sucedidos. Ou seja, que os vários actores económicos e sociais têm uma responsabilidade própria na definição e na construção de respostas adequadas aos novos desafios que se colocarão pertinentemente ao mercado de trabalho.

A discussão recorrente sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, bem como sobre a acção da OIT neste domínio é, também, muito oportuna; importa que se definam com clareza quais as expectativas relativamente a um plano de trabalho concreto e à abordagem estratégica para a concretização destes Princípios e Direitos.

No que respeita ao tema das migrações laborais, esta é uma temática de importância e impacto globais, que consideramos essencial ser discutida no respeito pela clara distinção entre os fluxos com objectivos económicos, e os fluxos de refugiados, estes últimos relacionados com situações concretas de conflitos ou catástrofes, estando portanto ao abrigo de um estatuto diferente e que importa não confundir. As respostas devem ser adequadas aos fenómenos e aos problemas, respeitando-se os respectivos enquadramentos e contextos.

A terminar, gostaria de referir a pertinência do Relatório do Director-Geral da OIT, o qual se debruça sobre o processo de transição para

a sustentabilidade ambiental, o qual é fundamental a nosso ver e deverá assentar numa visão positiva - incluindo no reconhecimento das enormes oportunidades que esta transição trará, ao nível da criação de novas profissões e de novos postos de trabalho. Como refere o respectivo relatório: "A OIT encontra-se no limiar de uma nova e importante área de responsabilidade, num momento em que chega também ao limiar do seu segundo século de existência".

.

*Marcelino Pena Costa*  
*Vice-Presidente*  
*Confederação do Comércio e Serviços de Portugal*

CHECK AGAINST DELIVERY